

Pedro Paulo Funari
Everson Paulo Fogolari
(Organizadores)

Estudos de Arqueologia Histórica

Erechim RS
2005

Os dados e a completude das referências bibliográficas dos artigos são de inteira e única responsabilidade de cada autor.

Proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma e por qualquer meio mecânico ou eletrônico, inclusive através de fotocópias e de gravações, sem a expressa permissão dos autores.

Editoração e composição eletrônica:

Darcy Rudimar Varella

Revisão Final:

Cleonice Dariva Fogolari

E82 Estudos de Arqueologia Histórica / Organização de Pedro Paulo Funari e Everson P. Fogolari. - Erechim, RS: 2005.
230 p.: 23 cm.

ISBN 85-905487-1-6

1. Arqueologia histórica 3. Cultura histórica 4. Patrimônio cultural I. Fogolari, Everson II. Funari, Pedro Paulo III. Título

CDU: 902

Lucienne Mara Battisti – CRB 10/1486

E-mail: habitus@clicalpha.com.br

IMPRESSO NO BRASIL
PRINTED IN BRAZIL

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA, VESTÍGIOS MATERIAIS E DOCUMENTAÇÃO ESCRITA NA ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DA GRÉCIA ANTIGA

José Geraldo Costa Grillo¹

INTRODUÇÃO

O terceiro Congresso de Arqueologia Mundial, ocorrido em Nova Déli, na Índia, de 4 a 11 de dezembro de 1994, propôs-se a mudar as perspectivas sobre a Arqueologia Histórica. A disciplina passa a ser amplamente entendida como o estudo dos vestígios materiais de sociedades com documentação escrita e seu campo de atuação rompe as barreiras da América Colonial rumo a todas as épocas visadas pela Arqueologia. Essa mudança implica questões teóricas e metodológicas que afetam as relações entre Arqueologia e História e entre vestígios materiais e documentação escrita (FUNARI; JONES; HALL, 1999).

Descrever e analisar essas *novas perspectivas* envolve um tratamento historiográfico, e, nesse sentido, vale ressaltar que não há, como tem demonstrado a história da arqueologia como um todo, *uma* história da arqueologia, mas sim *histórias* paralelas, raramente convergentes, sobre as quais a arqueologia aparentemente se fundou (JOCKEY, 1999). Assim sendo, por questão de identificação e opção de pesquisa do autor, examinar-se-á como essas relações estão sendo tratadas na Arqueologia Histórica da Grécia Antiga na pesquisa francesa.

¹ Bacharel em História pela UNICAMP, doutorando em Arqueologia pela Universidade de São Paulo.

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

Arqueologia e História nascem juntas, no século XIX, como disciplinas acadêmicas (SCHNAPP, 2002; MOMIGLIANO, 1983). Entretanto, elas não adquirem o mesmo *status* e a mesma autonomia; a Arqueologia é tida ora como uma “área” da História da Arte, ora como uma “disciplina auxiliar” da História (SCHNAPP, 2002).

a) A visão dos historiadores

A partir da segunda metade do século XX, os historiadores, reconhecendo a pertinência da Arqueologia, esforçam-se por considerá-la como parte integral da História. Em 1961, em uma obra enciclopédica e de enorme impacto, a Arqueologia é considerada um dos “métodos da História”, sendo que o tratamento dado foi feito por arqueólogos (BLOCH, 1961; DUVAL, 1961); entretanto, ela ainda é tida entre as “ciências auxiliares tradicionais” (SAMARAN, 1961, p. 189). É com a Escola dos Annales, preocupada com uma “história total”, incluindo aí a “civilização material”, que a Arqueologia recebe um melhor tratamento. Primeiro, ela é tomada como uma das “novas abordagens” do se fazer história (SCHNAPP, 1974, 11-36); depois, é tratada como um dos “domínios” e, sob a égide da “cultura material” (PESEZ, 1978, p. 191-227), como um dos “conceitos-chave” da Nova História (LE GOFF, 1978, p. 9).

Isso representa um avanço, mas, seja como for, a Arqueologia não deixou, com isso, de ser uma parte, ainda que importante, da História. Emmanuel Le Roy Ladurie, um importante e influente historiador da Nova História, não esconde essa idéia ao prefaciar uma obra de história da Arqueologia escrita por um arqueólogo (SCHNAPP, 1993). Na frase de abertura, ele diz: “A conquista do passado não é somente a definição, pelo historiador, de seu território próprio”. Apropria-se do título da obra “A conquista do passado”, que o autor utilizou para fazer referência à constituição da Arqueologia, e o converte no território do historiador; em seguida, sem meias palavras, afirma que os dados brutos que o arqueólogo retira do solo pela escavação nada mais é que “a parte material de Clio”, isto é, da História (LE ROY LADURIE, 1993, p. 9, 10).

Essa situação fica mais evidente quando se observa a relação entre a Arqueologia da Grécia Antiga e a História da Grécia Antiga. Jean-Nicolas Corvisier, por exemplo, em uma obra sobre “as fontes da História Antiga”, ao mesmo

tempo em que toma a Arqueologia como um meio de conhecimento do passado e não como uma simples auxiliar da História, como uma forma de interpretação da história, entende que ela tem “objetivos determinados” e “limites” (CORVISIER, 1997, p. 107). Ele entende que o arqueólogo “é um historiador em pleno direito” ao pretender passar dos objetos ao homem, o alvo mais amplo da Arqueologia segundo ele; mas a Arqueologia tem seus limites, pois, ao buscar conhecer o passado através de seus *realia*, ela não conhece que “uma parte do passado” (CORVISIER, 1997, p. 109).

Na mesma direção, Claude Orrieux e Pauline Schmitt-Pantel reservam um lugar à Arqueologia entre as “fontes primárias” da História Grega, entendendo que esta “é o estudo das fontes materiais por oposição às fontes escritas”. Eles incentivam o uso da Arqueologia pelo historiador para o estudo da Antigüidade, pois as pesquisas arqueológicas contribuem para “renovar as problemáticas dos historiadores” (ORRIEUX; SCHMITT-PANTEL, 1995, p. 471); entretanto, o papel concedido à Arqueologia é de coadjuvante uma vez que entendem que as documentações acrescidas pela Arqueologia “permitem precisar certos aspectos da civilização e da história” gregas, mas muito raramente de “escrever uma página totalmente nova” (ORRIEUX; SCHMITT-PANTEL, 1995, p. 465). Os dados arqueológicos, portanto, são usados, via de regra, como confirmação do conhecimento obtido pelas fontes tradicionais da História. Não bastasse isso, eles divorciam da Arqueologia, tratando em um item à parte, uma documentação característica dela, a saber, a Iconografia, e a tornam um “documento de história”:

as imagens, pintadas sobre os vasos ou esculpidas na pedra, foram desde muito tempo pelos historiadores como ilustrações que viriam de alguma maneira confirmar os fatos estabelecidos a partir dos textos. Hoje o historiador aprendeu a dar um estatuto de documento próprio às imagens e a estudar cada representação pintada ou esculpida por ela mesma, exatamente como ele faz com um texto, a levar em conta sua particularidade, a maneira pela qual ela interpreta o real (ORRIEUX; SCHMITT-PANTEL, 1995, p. 472).

Exceção, nesta concepção, é Pierre Cabanes que entende a palavra *arqueologia*, em seu sentido etimológico de “conhecimento do passado da Antigüidade”, poderia re-agrupar todas as ciências apresentadas (literária, epigráfica, numismática etc.) como fundamentos documentários da História Antiga; ele admite que atualmente a palavra é definida como o estudo das fontes materiais da História Antiga, por oposição às fontes escritas de domínio da Filologia, mas adverte que essa distinção esbarra no fato de que inscrições e papiros, muitas

vezes, provêm de escavação e que são os estudiosos que fazem separação entre o domínio da Arqueologia e os de outras disciplinas (CABANES, 1992).

b) A reação dos Arqueólogos

Esse quadro é bastante tendencioso e desconfortável e os arqueólogos da Antigüidade Clássica têm reagido a ele. Em conferência pronunciada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, em novembro de 1983, René Ginouvès, partindo da constatação que as condições de desenvolvimento da Arqueologia Clássica, nos últimos dois decênios, recolocaram em questão algumas de suas finalidades e de seus métodos, propôs que esta deve, em busca de novas perspectivas, se submeter a uma reflexão crítica no conjunto de suas operações, “da descoberta à descrição e à interpretação”. No que concerne à *interpretação*, ele chamou a atenção para o equívoco existente na oposição entre a arqueologia e a história, entre o arqueólogo e o historiador; pois, o “arqueólogo clássico tem sido, essencialmente, desde muito tempo, um historiador da arte antiga”, e a “arqueologia não poderá tornar-se uma ciência senão que explicando” (GINOUVÈS, 1988, p. 112, 120-21, 122). Em outro lugar, ele destaca que a “construção interpretativa” pode ser, além de histórica, antropológica, pois os conjuntos culturais do passado, os quais a arqueologia busca, podem ser tomados tanto com uma preocupação histórica, isto é, em sua sequência temporal, quanto com uma preocupação antropológica, centrada nas semelhanças e diferenças de seu funcionamento. Isso implica, segundo ele, que os arqueólogos e, por extensão, a Arqueologia, são “prisioneiros de palavras e de conceitos, que não correspondem mais ao estado presente da pesquisa” (GINOUVÈS, 1997, p. 91).

O impulso mais significativo nessa mudança de perspectiva veio de Roland Étienne, Christel Müller e Francis Prost, os quais, argumentando por uma *Arqueologia Histórica da Grécia Antiga*, apontam os desenvolvimentos da disciplina no que respeita a questões gerais de teoria e mostram como a Arqueologia Grega extrapolou seus limites tradicionais para outras áreas: a) sob a influência do *marxismo* gramsciano, passou-se a analisar os monumentos da arquitetura e da escultura gregos como marcadores ideológicos, não mais os concebendo unicamente como seções das Belas Artes, nem como etapas excepcionais no desenvolvimento das formas e das técnicas, mas sim os estudando no contexto da sociedade, onde eles exprimem preocupações e ideologia; b) sob a influência da *antropologia social*, passou-se, no domínio da análise iconográfica, de

um estudo artístico da imagem e dos pintores a uma hermenêutica da cena figurada; e c) promoveu-se a reconciliação da Arqueologia Grega com a *História*, sobretudo com aquela da cultura material das civilizações, como a dos *Annales* que mostra um interesse por todas as manifestações materiais das sociedades, desembocando, assim, em uma História da Grécia a partir de sua cultura material (ÉTIENNE; MÜLLER; PROST, 2000, p. 14-20). Mesmo assim, eles ressaltam que as relações entre *Arqueologia e História*, entre os *realia* e os *textos*, ainda se dão em contexto polêmico, o que os leva a expressarem seu *programa*, levando em consideração essas questões:

Assim nós somos conduzidos, aqui, a analisar numerosos textos, literários e epigráficos, sem nos perguntar se atravessamos as barreiras que nos conduzem para fora de nosso domínio, com o cuidado de utilizar o conjunto de fontes documentais que permita dar conta dos aspectos mais originais das produções materiais da sociedade grega e de sua evolução no tempo (ÉTIENNE; MÜLLER; PROST, 2000, p. 3).

Portanto, é uma história da *cultura material* que se tem em mente, mas que não negligencia a documentação escrita.

Alain Schnapp argumenta, na mesma direção, que a divisão entre História e Arqueologia e, conseqüentemente, entre os papéis de Historiador e de Arqueólogo, é, atualmente, algo instável, pois há uma dupla convergência, uma no sentido de que ambos estão encarregados de interpretar os sinais do passado, ainda que, em princípio, o passado seja para o primeiro uma *informação verbal* e para o segundo *matéria*, outra na explicação das sociedades com documentação escrita a ponto de, por vezes, se confundirem (SCHNAPP, 2002, p. 10).

VESTÍGIOS MATERIAIS E DOCUMENTAÇÃO ESCRITA

A discussão entre Arqueologia e História, esboçada acima, mostra que a questão reside, sobretudo, na distinção dos objetivos e dos objetos primordiais de cada disciplina, a cultura material e a cultura escrita.

a) A origem da distinção

De onde vem essa distinção de objetivos e de objetos de estudos? A resposta reside na própria história da Arqueologia Clássica. Desde o meio do século XVII, impõe-se, no mundo erudito europeu, a figura do *Antiquário*. Na segunda metade desse século, os antiquários esforçam-se para constituir uma

ciência das antiguidades como uma disciplina distinta, ainda que com ligações estreitas com a filologia; eles procuram estabelecer uma *teoria das antiguidades*, não somente como uma *descrição* de seus monumentos, mas como uma *explicação* de seus usos e de suas funções (SCHNAPP, 1993, p. 217, 218). Na primeira metade do século XIX, um novo termo impõe-se, progressivamente, o da *Arqueologia*, implicando uma modificação de papel e de objeto do conhecimento do passado, uma vez que os que se tomam por *arqueólogos* objetivam criar um novo domínio do conhecimento, que não seja servo da filologia e que abranja toda a *parte* “material da história humana” (SCHNAPP, 1993, p. 333-334). A constituição da Arqueologia como disciplina acadêmica, nesse período, não foi unitária no sentido de ter uma única concepção de seus objetivos e de seus métodos. No entanto, sob impulso, sobretudo, dos escandinavos, a Arqueologia tornou-se uma *disciplina autônoma*, com método (tipologia, tecnologia e estratigrafia) e objeto de estudo (os vestígios materiais) próprios, que a distinguam da História e da Filologia. Christian Jürgensen Tomsen, por exemplo, realizava uma Pré-História independente dos textos; Jen Jacob Worssae apontava a possibilidade de uma história antes da História, que satisfaça a todas as exigências do estabelecimento das provas e da credibilidade do discurso. A Arqueologia Pré-Histórica emancipou, assim, o conhecimento do passado do peso da tradição (SCHNAPP, 1993; 2002).

Essas tensões com a História e com a Filologia percorrem, praticamente, toda a história da Arqueologia. Por volta do início do século XV, Ciríaco de Ancone já lançava a idéia de que “os monumentos e as inscrições são testemunhos mais fiéis da Antigüidade Clássica que os textos dos autores antigos”; com isso ele foi o primeiro a dar um papel primordial aos vestígios materiais na reconstituição de uma civilização e a perceber sua importância histórica (ETIENNE; ETIENNE, 1990, p. 26). No século XVII, os “vestígios do passado” passam a ser considerados como “material científico” (ETIENNE; ETIENNE, 1990, p. 34-35). Nesse contexto, uma importante contribuição vem de Jacob Spon, para o qual “o aporte da filologia clássica não é mais suficiente para promover o progresso das ciências históricas; é necessário remontar a outras fontes como as inscrições e os monumentos”; assim, ele concilia “os monumentos com a história” (cf. ETIENNE; ETIENNE, 1990, p. 38, 39). No início do século XVIII, O Conde de Caylus rompe com a tradição filológica, que defendia a tradição escrita como a única fonte válida para a restituição do passado e os objetos e monumentos apenas como complemento desta restituição, e propõe a importância destes últimos, sobretudo as obras de arte, para se conhe-

cer o “gosto” de uma época um país (ETIENNE; ETIENNE, 1990). Em princípios do século XIX, surge com Johann Joachin Winckelmann a História da Arte, sob forte influência da filologia alemã que impulsiona a pesquisa para partir sua análise dos textos literários (ETIENNE; ETIENNE, 1990).

É nesse contexto que a Arqueologia é entendida como uma área da História da Arte, voltada, acima de tudo, para o “belo objeto” e praticamente despreocupada com temas históricos, onde “a relação entre a produção das formas e das imagens e uma sociedade interessa pouco ou absolutamente nada” (ETIENNE; ETIENNE, 1990, p.122). Mas é aqui, também, que ela procura se emancipar da influência dos colecionadores e dos artistas para se constituir em uma disciplina acadêmica autônoma, principalmente, frente à filologia, numa luta em que a Arqueologia perde, progressivamente, toda pretensão histórica (SCHNAPP, 1993). Não é de admirar, portanto, que a História, que também se firma, no mesmo período, como disciplina acadêmica, tenha tomado suas posições frente à Arqueologia.

b) A reação contemporânea

Os arqueólogos clássicos contemporâneos têm reagido a essa situação. René Ginouvès, por exemplo, interpela essa distinção indagando retoricamente que “para a Antigüidade Clássica, quais são os documentos na interpretação dos quais os textos não intervêm de uma maneira ou de outra? E quais são os textos que o conhecimento das realidades materiais não vêm enriquecer?” (GINOUVÈS, 1997, p. 90-91). Acontece, assim, uma *espiral interpretativa* que atravessa, num vai-e-vem intermitente, as duas disciplinas e as duas documentações.

Essa relação complementar das duas documentações também é defendida, hoje em dia, por historiadores da Grécia Antiga; David Bouvier, por exemplo, argumenta que, na Grécia antiga, a pintura sobre os vasos não tinha a finalidade de ilustrar os textos literários, pois ela tinha sua tradição, suas exigências, sua memória, suas próprias regras, mas justamente por ser esta pintura “um fato adquirido”, deve-se atenuar sua autonomia, pois

trata-se de uma autonomia de funcionamento, constitutiva de um sistema de representação simbólica particular, mas não se pode esquecer que, no seio de uma cultura e de uma sociedade dada, há sempre, entre os diferentes sistemas simbólicos, relações complexas de complementaridade, de compensação e de influência (BOUVIER, 2000-2001, p. 42).

Assim, ele acha que é muito arriscado isolar, de modo radical, duas tradições que podem permanecer complementárias, mas não é o caso de sair em busca de um texto ou fragmento de texto e procurar as correspondências exatas entre uma imagem e um texto, antes, é necessário “interrogar-se, de maneira mais geral, sobre o tipo de complementaridade que podem ter, no seio de uma cultura, duas formas de linguagem tão diferentes como as tradições iconográficas e textuais” (BOUVIER, 2000-2001, p. 42).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre Arqueologia, História e entre vestígios materiais e documentação na Arqueologia Histórica da Grécia Antiga já se fazem presentes na pesquisa francesa, mas é, em seu estágio atual, germinal e, ao que parece, minoritária. Levando em conta os avanços obtidos no III Congresso de Arqueologia Mundial, questões pontuais, como o tipo de história que tem em mente, as possíveis relações entre cultura material e documentação escrita ainda estão por ser elaboradas. Os autores envolvidos são poucos, como René Ginouvès, Rolanda Étienne e Alain Schnapp, mas, ao mesmo tempo, importantes e fazem crer que, apesar dessa situação, estas novas perspectivas tendem a se firmar e a crescer.

O importante é que já está proclamado, na pesquisa francesa contemporânea, o desejo de aproximar Arqueologia e História, bem como o de utilizar conjuntamente vestígios materiais e textos no estudo de sociedades com documentação escrita.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Haiganuch Sarian, Pedro Paulo Funari e Andrés Zarankin. Menciono o apoio institucional do MAE-USP. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, Raymond. Méthodes modernes de l'archéologie. In: SAMARAN, Charles, dir., **L'Histoire et ses méthodes. Recherche, conservation et critique des témoignages**. Paris: Gallimard, 1961, p. 191-216..
- BOUVIER, David. Morts de Priam et d'Ashtanax: deux scènes interdites dans les poèmes homériques. *Classica*, 13-14, 2000-2001, p. 37-57.
- CABANES, Pierre. **Introduction à l'histoire de l'Antiquité**. Paris: Colin, 1992.
- CORVISIER, Jean-Nicolas. **Sources et méthodes en histoire ancienne**. Paris: PUF, 1997.
- DUVAL, Paul-Marie. Archéologie antique. In: SAMARAN, Charles, dir., **L'Histoire et ses méthodes. Recherche, conservation et critique des témoignages**. Paris: Gallimard, 1961, p. 250-274.
- ÉTIENNE, Roland; ÉTIENNE, Françoise. **La Grèce antique. Archéologie d'une découverte**. Paris: Gallimard, 1990.
- ÉTIENNE, Roland; MÜLLER, Christel; PROST, Francis. **Archéologie historique de la Grèce antique**. Paris: Ellipses, 2000.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; JONES, Siân; HALL, Martin. Introduction: archaeology in history. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; HALL, Martin; JONES, Siân, eds. **Historical Archaeology. Back from the Edge**. Londres: Routledge, 1999, p. 1-20.
- GINOUVÈS, René. Perspectives actuelles de l'archéologie classique. *Classica* 1, 1988, p. 111-126.
- _____ **L'archéologie gréco-romaine**. Paris: PUF, 1997.
- JOCKEY, Philippe. **L'archéologie**. Paris: Belin, 1999.
- LE GOFF, Jacques. Préface à la nouvelle édition. In: _____, dir., **La Nouvelle Histoire**. Paris: Retz, 1978, p. 9-22.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. Préface. In: SCHNAPP, Alain. **La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie**. Paris: LGF, 1993, p. 9-11.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. L' Histoire Ancienne et l'antiquaire. In: _____ **Problèmes de l'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983, p. 244-293.

ORRIEUX, Claude; SCHMITT-PANTEL, Pauline. **Histoire greque**. Paris PUF, 1995.

PESEZ, Jean-Marie. L'histoire de la culture matérielle. In: LE GOFF, Jacques, dir., **La Nouvelle Histoire**. Paris: Retz, 1978, p.191-227.

SCHNAPP, Alain. L'archéologie. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre, eds., **Fraire de l'histoire II: Nouvelles approches**. Paris: Gallimard, 1974, p. 11-36.

_____ **La conquête du passé. Aux origines de l'archéologie**. Paris: LGF, 1993.

_____ Histoire de l'archéologie et l'archéologie dans l'histoire. In: DEMOULE, Jean-Paul, et al., **Guide des méthodes de l'archéologie**. Paris: La Découverte, 2002, p. 9-38.

SAMARAN, Charles, dir., **L'Histoire et ses méthodes. Recherche, conservation et critique des témoignages**. Paris: Gallimard, 1961.